



## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E EPECIFICAÇÃO DO OBJETO

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

- a) **REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PEÇAS AUTOMOTIVAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, DESTINADOS A ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE GRAÇA-CE**, conforme as especificações técnicas e quantidades e tipos de veículos, anexadas a este Termo de Referência – Anexos I e I.A. A presente licitação processar-se-á pelo Sistema de Registro de Preços, com fulcro nos incisos I, II e III do art. 3º do Decreto Federal nº 7.892/2013 e suas alterações posteriores.
- b) A frota de veículos das Unidades Administrativas do Município de Graça-CE necessitam de manutenção preventiva e corretiva para seu perfeito funcionamento, tendo como finalidade prolongar a vida útil dos veículos. Estes serviços deverão ser executados por empresas que disponham de mão de obra especializada, peças originais, equipamentos específicos e que possam oferecer garantia do fabricante dos veículos, para que os mesmos não venham a perder a garantia do Fabricante e que atendam prontamente às necessidades oriundas do ritmo de trabalho a que os mesmos são submetidos.

**I - MANUTENÇÃO PREVENTIVA:** Refere-se ao exame do veículo em condições de uso e funcionamento, visando evitar que os veículos tenham defeitos maiores.

Estes serviços constam de verificação da parte elétrica, motor, suspensão, cambagem, balanceamento e alinhamento e mecânica em geral. Os serviços de manutenção preventiva serão realizados com uma periodicidade de 03 (três) meses, ou seja, 04 (quatro) vezes ao ano. Nestes serviços poderão ser realizadas trocas de peças, desde que comprovada sua inadequação.

**II - MANUTENÇÃO CORRETIVA:** Refere-se ao conserto dos veículos em função de defeito ou dano material registrado que possa comprometer sua utilização. A manutenção corretiva será efetuada sempre que houver necessidade e poderá ser realizado na parte elétrica, motor, suspensão, pintura, funilaria e mecânica em geral. Os serviços de manutenção corretiva que exigirem a troca de peças poderão ser realizados desde que comprovada sua inadequação.

#### 2. CRITÉRIO ADOTADO PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO, FORMA "PRESENCIAL" DO TIPO MENOR PREÇO POR LOTE MENOR PREÇO POR LOTE (MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO), PARA FORNECIMENTO DE PRODUTOS/PEÇAS E (MENOR PREÇO) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, CONFORME JUSTIFICATIVAS QUE SEGUEM:

a) Como se sabe, ao promover pregão presencial a Administração proporciona aos Interessados, na sessão, a oportunidade de discutir, sanar dúvidas e esclarecer pontos importantes e controversos à licitação e impossíveis de serem debatidos no curso de uma sessão eletrônica, bem como, quanto ao prazo e locais de fornecimento, das condições da garantia do conjunto dos produtos adquiridos, o risco do não fornecimento dos produtos e o atraso no fornecimento dos produtos, a fim de evitar desnecessários e imensuráveis prejuízos futuros. A possibilidade do exame e análise da documentação exigida e que credencia os participantes, é outra questão fundamental e que dá segurança ao Pregoeiro, Comissão de Apoio e ao certame.

a.1) Realizando esta sessão na forma presencial, terá o Pregoeiro a oportunidade de permitir e proporcionar os esclarecimentos e questionamentos aos proponentes, momento em que poderão ser sanadas dúvidas, discutidas divergências, firmados pontos fundamentais, além de outras questões necessárias à contratação em pauta.

b) A contratação dos itens por lote é justificada pelo fato de que o processamento individualizado de cada item traria grande dificuldade de ordem técnica para a Administração, tendo em vista que os itens dos lotes encontram-se aglutinados observando as características e compatibilidades de cada item, sendo que o fornecimento dos produtos pela mesma empresa de



Estado do Ceará  
**GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA**



acordo com a natureza dos itens ordenados por lote facilitaria a gerencia da execução do objeto contratual pelos entes da PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAÇA, para que o município possa administrar e acompanhar melhor o fornecimento do objeto. Outro ponto que merece destaque é a ausência de inviabilidade econômica para o Município. Resta indubitavelmente comprovado que o agrupamento dos itens está de forma coerente com a natureza dos mesmos, fato que também não importará na restrição à competitividade.

### **3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, QUANTITATIVOS E VALOR ESTIMADO:**

a) As especificações técnicas, quantitativos e valores encontram-se no **Anexo I e Anexo I.A** deste Termo de Referência.

### **4. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

- a) A execução dos serviços/aquisição licitados será feita de forma fracionada, de acordo com a necessidade do órgão interessado durante o prazo de contratação, mediante expedições periódicas de **ORDEM DE SERVIÇO/COMPRA**, devendo o serviço/aquisição ser prestado/entregue em até no máximo **05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, a contar da data de recebimento da solicitação;
- b) Os serviços/aquisições deverão ser realizados de acordo com as características e quantitativos discriminados na **ORDEM DE SERVIÇO/COMPRA** pela administração, no local indicado pela mesma;
- c) Todo material e/ou equipamentos necessários à realização dos serviços serão de responsabilidade da Contratada.
- d) Todos os produtos a serem adquiridos deverão ser novos, não reconicionados e / ou recauchutados, produtos nacionais, e possuir selo de aprovação do INMETRO.
- e) As entregas dos produtos deverão ser na totalidade da requisição, em até **05 (cinco) dias úteis** a contar do recebimento da requisição formalizada por setor competente.
- f) As entregas deverão ser feitas nos horários de expediente: das **08:00 às 12:00** e das **13:00 às 16:00** horas, sendo que a entrega fora dos horários e dias de expediente não será aceita por vigias.
- g) No ato do recebimento, o Funcionário designado para o recebimento, providenciará a conferência dos itens entregues e a conformidade das suas especificações de acordo com as exigências constantes neste Termo de Referência e no Edital, havendo alteração quanto às especificações, o produto deverá ser substituído em um prazo máximo de **02 (dois) dias úteis** do comunicado, sob pena da aplicação das sanções cabíveis.

### **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

- a) Na Proposta de Preços para as peças deverá constar o percentual de desconto oferecido com base em tabela de preços de peças praticadas pela **FABRICANTE/MONTADORA** ou do orçamento gerado pelo Sistema Audatex ou outro sistema similar e para a prestação dos serviços discriminação detalhada de cada tipo de serviço – mecânica em geral, motor, elétricos, funilaria, pintura e capotaria, já considerando todas as despesas, mão de obra especializada, tributos, impostos, taxas, encargos, fretes, transportes e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os produtos e a prestação dos serviços, mesmo que não estejam registrados nestes documentos;
- b) A empresa deverá fazer constar da sua proposta a garantia das peças contra qualquer defeito de fabricação, sob pena de constatado alguma imperfeição, ter os produtos devolvidos, e ainda arcar com as despesas com o conserto, substituições de peças e demais danos que causar. E para a prestação dos serviços deverá apresentar a garantia dos serviços, de no mínimo de **90 (noventa) dias**. Caso o veículo apresente problema/defeito em decorrência do serviço efetuado dentro do prazo de garantia, deverá ser refeito o mais rápido possível.
- c) As Unidades Administrativas Municipais poderão se valer de análise técnica das peças antes da adjudicação e homologação da licitante e, assim, rejeitar a proposta cujas especificações não atenderem aos requisitos mínimos constantes dos Anexos I e I-A deste Termo de Referência.



Estado do Ceará  
**GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA**

d) Será considerada vencedora a empresa cuja proposta contenha o maior percentual de desconto sobre a tabela de preços de peças e serviços praticados pela FABRICANTE/MONTADORA ou do orçamento gerado pelo Sistema Audatex ou outro sistema similar para as peças e o menor valor, para a prestação dos serviços, desde que atenda as exigências contidas neste Termo de Referência e no edital de Pregão.

#### **6. DO PAGAMENTO**

- a) O pagamento será realizado ao fornecedor, quando regularmente solicitadas às aquisições/serviços pelo MUNICÍPIO, segundo as autorizações de fornecimento expedidas, de conformidade com as notas fiscais devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais, todas atualizadas, observadas as condições da proposta e os preços.
- b) Por ocasião da execução do fornecimento o Contratado deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverão ser emitidas em nome da Prefeitura Municipal de Graça - CE.
- c) O MUNICÍPIO efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, através de crédito em conta corrente mantida pelo fornecedor, após o encaminhamento da documentação, observadas as disposições editalícias.
- d) Caso for constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
- e) Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta "ON-LINE" às certidões apresentadas, para verificação de todas as condições de regularidade fiscal.
- f) Constatada a situação de irregularidade junto à fazenda pública, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.
- g) Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.
- h) Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação, e antes de recebida a ordem de fornecimento, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

#### **7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da Contratada, além das demais previstas nesta:

- a) Executar o fornecimento do objeto licitado dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado neste Termo de Referência observando ainda todas as normas técnicas que eventualmente regulem o fornecimento, responsabilizando-se ainda por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b) Assumir a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência do fornecimento;
- c) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;



Estado do Ceará  
**GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA**



- d) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- e) Indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do contratado deverão ser comunicadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- f) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;
- g) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante à aquisição do material, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Termo;
- h) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- i) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- j) Responsabilizar-se pela fiel entrega das peças e execução da prestação dos serviços no prazo estabelecido neste Termo de Referência e no Contrato.
- k) Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais do MUNICÍPIO, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a aquisição, objeto deste Termo;
- l) Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à CONTRATADA.
- m) Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 65, parágrafos 1º e 2º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

#### **8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

O MUNICÍPIO obriga-se a:

- a) Solicitar a entrega do objeto à contratada através de Nota de Empenho ou outro instrumento hábil.
- b) Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.
- c) Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.
- d) Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.
- e) Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.
- g) Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

#### **9. DA FISCALIZAÇÃO**

- a) A fiscalização da execução do contrato será efetuada pela Prefeitura Municipal de Graça/CE, ou preposto por ela designado, de acordo com as especificações constantes na "Minuta do Contrato".

#### **10. DO PRAZO E CONDIÇÕES**

- a) O prazo do contrato vigorará a partir da data de sua assinatura até a data de 31 de Dezembro do ano de exercício financeiro, podendo ser prorrogado se houver interesse do Município e for devidamente justificado e autorizado pela Autoridade Competente.
- b) A licitante vencedora será convocada pelo Município, para assinar o Termo de Contrato, de conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, após a homologação do



Estado do Ceará  
**GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA**



respectivo processo licitatório, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da referida convocação.

c) O instrumento contratual será encaminhado ao(à) adjudicatário(a) somente se houver motivo relevante, devidamente justificado, e às sua expensas.

### 11 - DA GARANTIA

a) Todas as peças fornecidas deverão possuir garantia, referente a defeitos de fabricação, especificações, embalagem ou outros, por período mínimo de 06 (seis) meses ou 30.000Km de rodagem, e de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

b) Os serviços deverão possuir garantia de no mínimo 90 (noventa) dias, após sua entrega.

### 12. DAS PENALIDADES

a) Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores, fica estipulado o percentual de **0,5% (meio por cento)** sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste Convite, até o limite de **10% (dez por cento)** do valor empenhado.

b) Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores:

I- advertência;

II- multa de **10% (dez por cento)** do valor do contrato,

III- suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a **2 (dois)** anos e,

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

c) Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até **5 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

d) As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

e) As multas de que trata este item, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrada judicialmente.

f) As multas de que trata este item, serão descontadas do pagamento eventualmente devido pela Administração ou na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhida pela adjudicatária em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

### 13. DOS ILÍCITOS PENAIIS

a) As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

### 14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

a) As despesas decorrentes da aquisição/prestação de serviços correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, do Exercício de 2019:

02.01.0412204022.002 (MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO)  
04.01.0412204022.005 (MANUTENÇÃO DA SEC. DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS)



Estado do Ceará  
**GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA**



- 05.06.0824408002.009 (INVESTIMENTO CRAS COFINANCIADO (IDOSO / PCD'S) E PAIF/CRAS - ESTADO)
- 05.06.0824408002.010 (ESTAÇÃO FAMÍLIA CRAS ESTADO)
- 05.06.0824408212.016 (MANUTENÇÃO DO CRAS - PISO BÁSICO)
- 05.06.0824408242.017 (SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO VÍNCULOS IDOSO FEDERAL)
- 05.06.0824408302.020 (MANUTENÇÃO DO CADASTRO ÚNICO E GESTÃO DO BOLSA FAMÍLIA - IGD / PBF - FEDERAL)
- 06.01.1236112052.025 (MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FME)
- 06.01.1236112052.026 (MANUTENÇÃO CONTRIBUIÇÃO COTA-SALÁRIO EDUCAÇÃO)
- 06.02.1236112052.041 (MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL / FUNDEB - 40%)
- 06.02.1236512022.044 (MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL/FUNDEB 40%)
- 07.04.1012210022.048 (MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE)
- 07.04.1030110122.053 (MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO (PSF))
- 07.04.1030210072.057 (MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC/FAEC))
- 07.04.1030410052.059 (AÇÕES ESTRUTURANTES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA)
- 07.04.1030510062.060 (MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS EPIDEMIOLÓGICOS/AMBIENTAL)
- 08.01.2080520142.062 (MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA)

**ELEMENTOS DE DESPESAS:** 3.3.90.30.00 (Material de Consumo) / 3.3.90.39.00 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica).

#### **15. DA RESCISÃO DO CONTRATO**

a) A inexecução do contrato, parcial ou total, ensejará na sua rescisão, com as conseqüências previstas na Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

#### **16. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

a) O presente procedimento licitatório será regido pela Lei N.º 10.520/2002 de 17/07/2002, sendo aplicada subsidiariamente à Lei Federal N.º 8.666/1993, de 21/06/1993 e suas posteriores alterações, Decreto Federal N.º 7.892/13 de 23/01/2013 e suas alterações posteriores e Lei Complementar N.º 123/2006 e suas alterações posteriores.

#### **17. DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

a) O gerenciamento da Ata de Registro de Preços, proveniente do processo licitatório, caberá à Secretaria de Educação, através de seu Ordenador de Despesas, no seu aspecto operacional.

#### **18. DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

a) Fica ratificada a Intenção de registro de preços das Unidades Administrativas do Município de Graça-CE, as quais manifestam expressamente seu interesse em participar da licitação em sistema de registro de preços, exarando seu ciente no presente Termo de Referência.

#### **19. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

a) A Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, improrrogável.

#### **20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- a) É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente Termo para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.
- b) O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei n.º 8.666/93, alterada e consolidada.
- c) A inadimplência do fornecedor com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos serviços pela Administração.
- d) O Contratado, na execução do objeto, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da



Estado do Ceará  
GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA



Administração.

e) Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidos com base na Lei Federal n.º 10.520/02, subsidiariamente a lei federal 8.666/93 e alterações posteriores, bem como de acordo com as demais normas jurídicas em vigor.

**21. DO FORO**

a) O foro da Comarca de Graça é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada e consolidada.

Graça/CE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Coordenadoria de Compras

\_\_\_\_\_  
Ordenadores de Despesas



Estado do Ceará  
GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA



ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

<u>LOTE 01 - AQUISIÇÃO DE PEÇAS - VEÍCULOS COM MOTOR TIPO GASOLINA/ÁLCOOL</u>								
ITEM	MARCA/MODELO	PLACA	ANO	COMBUSTI VEL	LOTAÇÃO	ESTIMATIVA	PERCENT(%)	VR.DESCONTA DO
01	VW/SAVEIRO G6 1.6	ORR-7298	2013	GASOLINA/ ÁLCOOL	ATENÇÃO BÁSICA	R\$ 15.000,00		
02	VW/SAVEIRO G6 1.6	ORR-7616	2013	GASOLINA/ ÁLCOOL	ATENÇÃO BÁSICA	R\$ 15.000,00		
03	FIAT/FIORINO 1.4	PNZ-1158	2017	GASOLINA/ ÁLCOOL	ATENÇÃO BÁSICA	R\$ 20.000,00		
04	FIAT/STRADA	PMK-9082	2017	GASOLINA/ ÁLCOOL	ATENÇÃO BÁSICA	R\$ 20.000,00		
05	FIAT/FIORINO 1.4	PNM-1674	2017	GASOLINA/ ÁLCOOL	ATENÇÃO BÁSICA	R\$ 20.000,00		
06	FIAT/FIORINO 1.4	PNL-8875	2019	GASOLINA/ ÁLCOOL	ATENÇÃO BÁSICA	R\$ 20.000,00		
07	FIAT/MOBI EASY ON 1.0	PNE-3720	2016	GASOLINA/ ÁLCOOL	ATENÇÃO BÁSICA	R\$ 12.000,00		
08	FIAT/PALIO ATTACK 1.4	POK-8227	2017	GASOLINA/ ÁLCOOL	SEC. SAÚDE	R\$ 18.000,00		
09	TOYOTA/ETHIOS 1.5	PMG-9069	2014	GASOLINA/ ÁLCOOL	SEC SAUDE	R\$ 16.000,00		
10	VW/GOL G4 1.0	ORR-7306	2013	GASOLINA/ ÁLCOOL	CRAS	R\$ 16.000,00		
11	FIAT/MOBI 1.0	PNE-3700	2016	GASOLINA/ ÁLCOOL	CAD UNICO	R\$ 12.000,00		
12	FIAT/STRADA WORKING	NUZ-0099	2011	GASOLINA/ ÁLCOOL	FME	R\$ 20.000,00		
13	FORD/FIESTA 1.6 FLEX	ORN-3536	2014	GASOLINA/ ÁLCOOL	AGRICULTURA	R\$ 15.000,00		
<b>TOTAL LOTE - 01</b>								
<u>LOTE 02 - AQUISIÇÃO DE PEÇAS - MOTOCICLETAS</u>								
ITEM	MARCA/MODELO	PLACA	ANO	COMBUSTI VEL	LOTAÇÃO	ESTIMATIVA	PERCENT(%)	VR. DESCONTADO
01	HONDA/CG FAN 125	HYV-8558	2005	GASOLINA	CAD. ÚNICO	R\$ 3.000,00		
02	HONDA/CG FAN 125	HYO-1749	2005	GASOLINA	FME	R\$ 3.000,00		
03	SHINERAY/MOTO XY150	PMK-7530	2014	GASOLINA	AGRICULTURA	R\$ 3.000,00		
04	SHINERAY/MOTO XY150	PMK-4790	2014	GASOLINA	AGRICULTURA	R\$ 3.000,00		
05	HONDA/BROS NXR 150	HWZ-7483	2005	GASOLINA	GABINETE	R\$ 3.000,00		
06	KASINSKI/COMET 150	OIL-2024	2011	GASOLINA	VIG. SANITÁRIA	R\$ 3.000,00		
07	KASINSKI/COMET 150	OIL-2504	2011	GASOLINA	VIG. SANITÁRIA	R\$ 3.000,00		
08	KASINSKI/COMET 150	OIL-3704	2011	GASOLINA	VIG. SANITÁRIA	R\$ 3.000,00		
09	KASINSKI/COMET 150	OIL-4294	2011	GASOLINA	VIG. SANITÁRIA	R\$ 3.000,00		
10	KASINSKI/COMET 150	OIL-4604	2011	GASOLINA	VIG. SANITÁRIA	R\$ 3.000,00		
11	KASINSKI/COMET 150	OIL-5434	2011	GASOLINA	VIG. SANITÁRIA	R\$ 3.000,00		
12	KASINSKI/COMET 150	OIL-5224	2011	GASOLINA	VIG. SANITÁRIA	R\$ 3.000,00		
13	KASINSKI/COMET 150	OIL-1504	2011	GASOLINA	VIG. SANITÁRIA	R\$ 3.000,00		
14	HONDA/NXR 150 BROS	HWZ-7493	2005	GASOLINA	VIG. SANITÁRIA	R\$ 3.000,00		
<b>TOTAL LOTE - 02</b>								
<u>LOTE 03 - AQUISIÇÃO DE PEÇAS - VEÍCULOS COM MOTOR TIPO DIESEL</u>								
ITEM	MARCA/MODELO	PLACA	ANO	COMBU STIVEL	LOTAÇÃO	ESTIMATIVA	PERCENT(%)	VR. DESCONTADO
01	MICROONIBUS/VOLARE V6	HYC-7702	2010	DIESEL	FUNDEB	R\$ 35.000,00		
02	MICROONIBUS/CITY CLASS	NUY-7185	2010	DIESEL	FUNDEB	R\$ 35.000,00		
03	ONIBUS/VW/15.190 EOD	OCS-7418	2011	DIESEL	FUNDEB	R\$ 45.000,00		
04	ONIBUS/VW/15.190 EOD	ORV-2127	2013	DIESEL	FUNDEB	R\$ 45.000,00		
05	MICROONIBUS/VOLARE V8L	ORV-5267	2013	DIESEL	FUNDEB	R\$ 35.000,00		
06	ONIBUS/VW/15.190 EOD	ORV-1677	2013	DIESEL	FUNDEB	R\$ 45.000,00		
07	ONIBUS/M.BENZ 1519 R.ORE	PMR-0720	2013	DIESEL	FUNDEB	R\$ 45.000,00		
08	ONIBUS/M.BENZ 1519 R.ORE	PMR-0230	2013	DIESEL	FUNDEB	R\$ 45.000,00		





Estado do Ceará  
GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA



09	M.BENZ/SPRINTER 415 CDI	POG-5098	2017	DIESEL	FME	R\$ 35.000,00		
10	MITSUBISHI/L200 - OUTDOOR	NRA-7422	2009	DIESEL	FME	R\$ 35.000,00		
11	MITSUBISHI/L200 - TRITON	-	2019	DIESEL	VIG. SANITÁRIA	R\$ 40.000,00		
12	CAMINHÃO PIPA/ASTRON 2729 K6X4	OSG-7350	2013	DIESEL	OBRAS	R\$ 40.000,00		
13	CAMINHÃO CAÇAMBA	-	2013	DIESEL	OBRAS	R\$ 40.000,00		
14	RETROESCAVADEIRA PAC	-	2013	DIESEL	OBRAS	R\$ 50.000,00		
15	PA CARREGADEIRA W130	-	2013	DIESEL	OBRAS	R\$ 60.000,00		
16	MOTOVELADORA CATERPILLAR	-	2013	DIESEL	OBRAS	R\$ 75.000,00		

TOTAL LOTE - 03

**LOTE 04 - SERVIÇOS MECÂNICOS - VEÍCULOS COM MOTOR TIPO GASOLINA/ÁLCOOL**

ITEM	MARCA/MODELO	PLACA	ANO	COMBUSTÍVEL	LOTAÇÃO	QUANT. HORA HOMEM	VR. UNITÁRIO	VR. TOTAL
01	VW/SAVEIRO G6 1.6	ORR-7296	2013	GASOLINA/ÁLCOOL	ATENÇÃO BÁSICA	50		
02	VW/SAVEIRO G6 1.6	ORR-7618	2013	GASOLINA/ÁLCOOL	ATENÇÃO BÁSICA	50		
03	FIAT/FIORINO 1.4	PNZ-1156	2017	GASOLINA/ÁLCOOL	ATENÇÃO BÁSICA	50		
04	FIAT/STRADA	PMK-6082	2017	GASOLINA/ÁLCOOL	ATENÇÃO BÁSICA	50		
05	FIAT/FIORINO 1.4	PNM-1674	2017	GASOLINA/ÁLCOOL	ATENÇÃO BÁSICA	50		
06	FIAT/FIORINO 1.4	PNL-8875	2019	GASOLINA/ÁLCOOL	ATENÇÃO BÁSICA	50		
07	FIAT/MOBI EASY ON 1.0	PNE-3720	2016	GASOLINA/ÁLCOOL	ATENÇÃO BÁSICA	50		
08	FIAT/PALIO ATTACK 1.4	POK-8227	2017	GASOLINA/ÁLCOOL	SEC. SAÚDE	50		
09	TOYOTA/ETHIOS 1.5	PMG-9089	2014	GASOLINA/ÁLCOOL	SEC. SAUDE	50		
10	VW/GOL G4 1.0	ORR-7306	2013	GASOLINA/ÁLCOOL	CRAS	50		
11	FIAT/MOBI 1.0	PNE-3700	2016	GASOLINA/ÁLCOOL	CAD.UNICO	50		
12	FIAT/STRADA WORKING	NUZ-0089	2011	GASOLINA/ÁLCOOL	FME	50		
13	FORD/FIESTA 1.6 FLEX	ORN-3536	2014	GASOLINA/ÁLCOOL	AGRICULTURA	50		

TOTAL LOTE - 04

**LOTE 05 - SERVIÇOS MECÂNICOS - MOTOCICLETAS**

ITEM	MARCA/MODELO	PLACA	ANO	COMBUSTÍVEL	LOTAÇÃO	QUANT. HORA HOMEM	VR. UNITÁRIO	VR. TOTAL
01	HONDA/CG FAN 125	HYV-9558	2005	GASOLINA	CAD. ÚNICO	16		
02	HONDA/CG FAN 125	HYO-1749	2005	GASOLINA	FME	16		
03	SHINERAY/MOTO XY150	PMK-7530	2014	GASOLINA	AGRICULTURA	16		
04	SHINERAY/MOTO XY150	PMK-4790	2014	GASOLINA	AGRICULTURA	16		
05	HONDA/BROS NXR 150	HWZ-7483	2005	GASOLINA	GABINETE	16		
06	KASINSKI/COMET 150	OIL-2024	2011	GASOLINA	VIG. SANITÁRIA	16		
07	KASINSKI/COMET 150	OIL-2504	2011	GASOLINA	VIG. SANITÁRIA	16		
08	KASINSKI/COMET 150	OIL-3704	2011	GASOLINA	VIG. SANITÁRIA	16		
09	KASINSKI/COMET 150	OIL-4294	2011	GASOLINA	VIG. SANITÁRIA	16		
10	KASINSKI/COMET 150	OIL-4604	2011	GASOLINA	VIG. SANITÁRIA	16		
11	KASINSKI/COMET 150	OIL-5434	2011	GASOLINA	VIG. SANITÁRIA	16		
12	KASINSKI/COMET 150	OIL-5224	2011	GASOLINA	VIG. SANITÁRIA	16		
13	KASINSKI/COMET 150	OIL-1504	2011	GASOLINA	VIG. SANITÁRIA	16		
14	HONDA/NXR 150 BROS	HWZ-7493	2005	GASOLINA	VIG. SANITÁRIA	16		

TOTAL LOTE - 05

**LOTE 06 - SERVIÇOS MECÂNICOS - VEÍCULOS COM MOTOR TIPO DIESEL**

ITEM	MARCA/MODELO	PLACA	ANO	COMBUSTÍVEL	LOTAÇÃO	QUANT. HORA HOMEM	VR. UNITÁRIO	VR. TOTAL
01	MICROONIBUS/VOLARE V6	HYC-7702	2010	DIESEL	FUNDEB	90		
02	MICROONIBUS/CITY CLASS	NUY-7185	2010	DIESEL	FUNDEB	90		
03	ONIBUS/VW/16.190 EOD	OCS-7419	2011	DIESEL	FUNDEB	90		



Estado do Ceará  
GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA

04	ONIBUS/VW/15.190 EOD	ORV-2127	2013	DIESEL	FUNDEB	90		
05	MICROONIBUS/VOLARE V8L	ORV-5267	2013	DIESEL	FUNDEB	90		
06	ONIBUS/VW/15.190 EOD	ORV-1677	2013	DIESEL	FUNDEB	90		
07	ONIBUS/M.BENZ 1519 R.ORE	PMR-0720	2013	DIESEL	FUNDEB	90		
08	ONIBUS/M.BENZ 1519 R.ORE	PMR-0230	2013	DIESEL	FUNDEB	90		
09	M.BENZ/SPRINTER 415 CDI	POG-5098	2017	DIESEL	FME	90		
10	MITSUBISHI/L200 - OUTDOOR	NRA-7422	2009	DIESEL	FME	60		
11	MITSUBISHI/L200 - TRITON	-	2019	DIESEL	VIG. SANITÁRIA	60		
12	CAMINHÃO PIPA/ASTRON 2729 K6X4	OSG-7350	2013	DIESEL	OBRAS	150		
13	CAMINHÃO CAÇAMBA	-	2013	DIESEL	OBRAS	150		
14	RETROESCAVADEIRA PAC	-	2013	DIESEL	OBRAS	200		
15	PA CARREGADEIRA W130	-	2013	DIESEL	OBRAS	200		
16	MOTÓVELADORA CATERPILLAR	-	2013	DIESEL	OBRAS	200		
<b>TOTAL LOTE - 06</b>								
<b>VALOR GLOBAL</b>								



Estado do Ceará  
GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA



ANEXO I.A

ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS E PEÇAS

**SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA**

**MANUTENÇÃO PREVENTIVA:** Refere-se ao exame do veículo em condições de uso e funcionamento, visando evitar que os veículos tenham defeitos maiores. Estes serviços constam de verificação da parte elétrica, motor, suspensão, cambagem, balanceamento e alinhamento e mecânica em geral. Os serviços de manutenção preventiva serão realizados com uma periodicidade de 03 (três) meses, ou seja, 04 (Quatro) vezes ao ano. Nestes serviços poderão ser realizadas trocas de peças, desde que comprovado seu desgaste ou comprometimento de desempenho.

**MANUTENÇÃO CORRETIVA:** Refere-se ao conserto dos veículos em função de defeito ou dano material registrado que possa comprometer sua utilização. A manutenção corretiva será efetuada sempre que houver necessidade e poderá ser realizada na parte elétrica, motor, suspensão, pintura, funilaria e mecânica em geral. Os serviços de manutenção corretiva que exigirem a troca de peças poderão ser realizados desde que comprovada sua inadequação para o uso.

**EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

1. Os serviços deverão ser executados por empresas que disponham de mão de obra especializada, equipamentos específicos e que possam oferecer garantia dos serviços executados, para que os mesmos não venham a perder a garantia do Fabricante;
2. A Contratada deverá dispor de espaço físico coberto para acomodação de até 05 (cinco) veículos simultaneamente e deverá oferecer segurança 24 horas na sua oficina;
3. A Contratada se responsabilizará pela guarda do veículo e por quaisquer danos causados durante a estadia do mesmo na oficina;
4. Deverá dispor de serviço gratuito de reboque 24h;
5. Os serviços deverão ser efetuados mediante solicitação através de "Ordem de Serviço" devidamente preenchida e assinada por servidor do Setor de Transportes ou responsável de cada Secretaria Municipal;
6. O tempo de garantia dos serviços será de no mínimo 90 (noventa) dias ou o exigido por Lei;
7. Tempo de garantia maior ao exigido por lei que estiver sendo praticado pela contratada no mercado será assegurado à Contratante;
8. A licitante deverá elaborar orçamento no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contado da entrada do veículo na oficina;
9. O prazo de execução dos serviços para AUTOMÓVEIS deverá seguir os prazos abaixo discriminados:
  - \* Suspensão: até 01 (um) dia útil
  - \* Freios: até 01 (um) dia útil
  - \* Mecânica em geral: até 03 (três) dias úteis
  - \* Retífica de motor: até 04 (quatro) dias úteis
  - \* Caixa de marcha: até 02 (dois) dias úteis
  - \* Funilaria e pintura: até 05 (cinco) dias úteis
  - \* Parte elétrica: até 02 (dois) dias úteis
  - \* Ar-Condicionado: até 01 (um) dia útil
  - \* Injeção Eletrônica: até 01 (um) dia útil
  - \* Alinhamento de Direção, Balanceamento de Rodas e Cambagem: até 01 (um) dia útil.
  - \* Lubrificação e Lavagem: até 01 (um) dia útil
10. Na impossibilidade da execução dos serviços dentro dos prazos mencionados anteriormente, a licitante deverá justificar formalmente até 24 (vinte e quatro) horas antes do seu término;
11. Deverão ser fornecidas, em disquete ou "CD ROM", tabela de tempo padrão de reparos e catálogo de peças, atualizados, fornecidos pelo Sistema Audatex ou outro sistema similar.



Estado do Ceará  
**GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA**



**GARANTIA DOS SERVIÇOS**

Os serviços terão garantia mínima de 03 (três) meses ou 30.000 Km, sendo o que ocorrer primeiro. Os serviços em garantia serão refeitos sem ônus para a Contratante.

**VALOR DOS SERVIÇOS**

Os valores a serem pagos pelos serviços serão estabelecidos em função do preço da mão de obra HOMEM/HORA, aplicados para os diversos tipos de serviços, diretamente proporcionais ao tempo máximo determinado para a sua execução, de acordo com a TABELA OFICIAL DO FABRICANTE.

**PEÇAS**

1. As peças e acessórios fornecidos deverão ser os utilizados nas linhas de montagem dos veículos;
2. As peças genuínas deverão estar acondicionadas em embalagem própria da montadora do veículo;
3. Para cobrança das peças, será utilizada como referência a Tabela de Preços de Peças – Sistema Audatex ou outro sistema similar;
4. As peças novas deverão ser apresentadas ao gestor de contrato antes da substituição;
5. As peças velhas substituídas deverão ser entregues ao Setor de Transportes desta Prefeitura ou ao responsável pelo contrato em cada Secretaria Municipal, na embalagem das peças novas.

**GARANTIA DAS PEÇAS**

Todas as peças deverão ser de primeiro uso e originais do fabricante de cada veículo e terão garantia mínima de 06 (seis) meses ou 50.000 Km, sendo o que ocorrer primeiro. As peças em garantia, que apresentem defeitos quaisquer, que comprometam seu desempenho ou prejudique o funcionamento, tráfego ou segurança do veículo, serão repostas sem ônus para a Contratante.

**VALOR DAS PEÇAS**

Os valores a serem pagos pelas peças serão estabelecidos em função do preço de TABELA OFICIAL DO SISTEMA AUDATEX OU OUTRO SISTEMA SIMILAR. A licitante vencedora será aquela que ofertar o maior desconto percentual sobre o preço da peça na tabela de preços de peças praticadas pela FABRICANTE/MONTADORA ou do orçamento gerado pelo Sistema Audatex ou outro sistema similar, do lote cotado.

**DAS CONDIÇÕES GERAIS:**

A empresa vencedora deverá ser credenciada junto ao fabricante do referido veículo, estando assim apta a realizar as revisões e manutenções periódicas indicadas no Manual do Proprietário, para que não haja prejuízo da Garantia do veículo, quando for o caso.

A Contratada deverá dispor de serviço de REBOQUE para fins de transporte dos veículos que estejam sem condições de funcionamento, com cobertura gratuita para deslocamentos dentro do perímetro urbano da cidade de Graça. Fora desta área, deverá ser apresentado orçamento prévio para aprovação da Contratante.

Poderá ser adicionado, substituído ou suprimido a este Contrato e a qualquer tempo, veículos que vierem integrar o patrimônio, bem como os que forem leiloados.

Nos preços propostos já estarão incluídas as despesas referentes:

4. Aos salários, encargos sociais, tributários e fiscais decorrentes da realização dos serviços;
5. Ao transporte (ida/volta) de qualquer equipamento para a oficina da Contratada, em caso de necessidade;
6. À locomoção dos técnicos;

A empresa vencedora para fornecimento de peças, disponibilizará, quando da assinatura do Contrato, a tabela de preços de peças praticadas pela FABRICANTE/MONTADORA ou do orçamento gerado pelo Sistema Audatex ou outro sistema similar correspondente a cada LOTE cotado.

A empresa vencedora para prestação dos serviços automotivos, disponibilizará, quando da assinatura do Contrato, a Tabela Oficial dos Fabricantes de quantidade de horas para realização dos diversos tipos de serviços de assistência técnica.



Estado do Ceará  
GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA



ANEXO II - TERMO DE CREDENCIAMENTO  
(modelo)

Através do presente, credenciamos o(a) Sr.(a)....., portador(a) do RG n.º..... e do CPF n.º....., a participar da licitação instaurada pelo Município de \_\_\_\_\_ - Estado de CEARÁ, na modalidade Pregão Presencial n.º \_\_\_\_\_, na qualidade de representante legal, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa....., bem como formular propostas, ofertar lances verbais, renunciar direitos, renunciar ou desistir de recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

....., ..... de .....de 2019.

\_\_\_\_\_  
Diretor ou Representante Legal

(ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER ENTREGUE FORA DO ENVELOPE)

Obs: Esta declaração deverá ser impressa em papel timbrado da empresa licitante, com firma reconhecida.



Estado do Ceará  
GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA



ANEXO III - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO E REQUISITO DE HABILITAÇÃO  
(modelo)

\_\_\_\_\_ inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. \_\_\_\_\_ portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, por seu representante legal infra-assinado para cumprimento do previsto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, publicada no DOU de 18 de julho de 2002, e para fins do Pregão Presencial nº \_\_\_\_\_ da Prefeitura Municipal de \_\_\_\_\_, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos do Edital do Pregão em epígrafe.

Data, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo do CNPJ

Obs: Esta declaração deverá ser impressa em papel timbrado da empresa licitante). com firma reconhecida



Estado do Ceará  
GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA

ANEXO IV – PROPOSTA DE PREÇOS  
(MODELO)

Sessão Pública: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

Nome de Fantasia:	
Razão Social:	
CNPJ:	Optante pelo SIMPLES? (Sim / Não)
Insc. Estadual:	
Endereço:	Cidade:
Bairro:	E-mail:
CEP:	Fax:
Telefone:	Conta Bancária:
Banco:	Nome e nº da Agência:
OBJETO:	

LOTE 01 - AQUISIÇÃO DE PEÇAS - VEÍCULOS COM MOTOR TIPO GASOLINA/ALCOOL

ITEM	MARCA/MODELO	PLACA	ANO	COMBUSTI VEL	LOTAÇÃO	ESTIMATIVA	PERCENT(%)	VR.DESCONTADO
01	VW/SAVEIRO G6 1.6	ORR-7296	2013	GASOLINA/ ALCOOL	ATENÇÃO BÁSICA	R\$ 15.000,00		
02	VW/SAVEIRO G6 1.6	ORR-7616	2013	GASOLINA/ ALCOOL	ATENÇÃO BÁSICA	R\$ 15.000,00		
03	FIAT/FIORINO 1.4	PNZ-1156	2017	GASOLINA/ ALCOOL	ATENÇÃO BÁSICA	R\$ 20.000,00		
04	FIAT/STRADA	PMK-9082	2017	GASOLINA/ ALCOOL	ATENÇÃO BÁSICA	R\$ 20.000,00		
05	FIAT/FIORINO 1.4	PNM-1674	2017	GASOLINA/ ALCOOL	ATENÇÃO BÁSICA	R\$ 20.000,00		
06	FIAT/FIORINO 1.4	PNL-8875	2019	GASOLINA/ ALCOOL	ATENÇÃO BÁSICA	R\$ 20.000,00		
07	FIAT/MOBI EASY ON 1.0	PNE-3720	2016	GASOLINA/ ALCOOL	ATENÇÃO	R\$ 12.000,00		





Estado do Ceará  
GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA



ITEM	MARCA/MODELO	PLACA	ANO	COMBUSTÍVEL	LOTAÇÃO	ESTIMATIVA	PERCENT(%)	VR. DESCONTADO
08	FIAT/PALIO ATTACK 1.4	POK-8227	2017	GASOLINA/ALCOOL	BÁSICA	R\$ 18.000,00		
09	TOYOTA/ETHIOS 1.5	PMG-9069	2014	GASOLINA/ALCOOL	SEC. SAUDE	R\$ 15.000,00		
10	VW/GOL G4 1.0	ORR-7306	2013	GASOLINA/ALCOOL	CRAS	R\$ 15.000,00		
11	FIAT/MOBI 1.0	PNE-3700	2016	GASOLINA/ALCOOL	CAD. UNICO	R\$ 12.000,00		
12	FIAT/STRADA WORKING	NUZ-0089	2011	GASOLINA/ALCOOL	FME	R\$ 20.000,00		
13	FORD/FESTA 1.6 FLEX	ORN-3536	2014	GASOLINA/ALCOOL	AGRICULTURA	R\$ 15.000,00		
<b>TOTAL LOTE - 01</b>								
<b>LOTE 02 - AQUISIÇÃO DE PEÇAS - MOTOCICLETAS</b>								
ITEM	MARCA/MODELO	PLACA	ANO	COMBUSTÍVEL	LOTAÇÃO	ESTIMATIVA	PERCENT(%)	VR. DESCONTADO
01	HONDA/CG FAN 125	HYV-9558	2005	GASOLINA	CAD. UNICO	R\$ 3.000,00		
02	HONDA/CG FAN 125	HYO-1749	2005	GASOLINA	FME	R\$ 3.000,00		
03	SHINERAY/MOTO XY150	PMK-7530	2014	GASOLINA	AGRICULTURA	R\$ 3.000,00		
04	SHINERAY/MOTO XY150	PMK-4790	2014	GASOLINA	AGRICULTURA	R\$ 3.000,00		
05	HONDA/BROS NXR 150	HWZ-7483	2005	GASOLINA	GABINETE	R\$ 3.000,00		
06	KASINSKI/COMET 150	OIL-2024	2011	GASOLINA	VIG. SANITÁRIA	R\$ 3.000,00		
07	KASINSKI/COMET 150	OIL-2504	2011	GASOLINA	VIG. SANITÁRIA	R\$ 3.000,00		
08	KASINSKI/COMET 150	OIL-3704	2011	GASOLINA	VIG. SANITÁRIA	R\$ 3.000,00		
09	KASINSKI/COMET 150	OIL-4294	2011	GASOLINA	VIG. SANITÁRIA	R\$ 3.000,00		
10	KASINSKI/COMET 150	OIL-4604	2011	GASOLINA	VIG. SANITÁRIA	R\$ 3.000,00		
11	KASINSKI/COMET 150	OIL-5434	2011	GASOLINA	VIG. SANITÁRIA	R\$ 3.000,00		
12	KASINSKI/COMET 150	OIL-5224	2011	GASOLINA	VIG. SANITÁRIA	R\$ 3.000,00		
13	KASINSKI/COMET 150	OIL-1504	2011	GASOLINA	VIG. SANITÁRIA	R\$ 3.000,00		
14	HONDA/NXR 150 BROS	HWZ-7483	2005	GASOLINA	VIG. SANITÁRIA	R\$ 3.000,00		
<b>TOTAL LOTE - 02</b>								
<b>LOTE 03 - AQUISIÇÃO DE PEÇAS - VEÍCULOS COM MOTOR TIPO DIESEL</b>								
ITEM	MARCA/MODELO	PLACA	ANO	COMBUSTÍVEL	LOTAÇÃO	ESTIMATIVA	PERCENT(%)	VR. DESCONTADO
01	MICRONIBUS/VOLARE V6	HYC-7702	2010	DIESEL	FUNDEB	R\$ 35.000,00		
02	MICRONIBUS/CITY CLASS	NUY-7185	2010	DIESEL	FUNDEB	R\$ 35.000,00		
03	ONIBUS/VW/15.190 EOD	OCS-7419	2011	DIESEL	FUNDEB	R\$ 45.000,00		
04	ONIBUS/VW/15.190 EOD	ORV-2127	2013	DIESEL	FUNDEB	R\$ 45.000,00		

Av. José Candido de Carvalho, SN, Centro, CEP. 62.365-000, Graça/CE





Estado do Ceará  
GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA



ITEM	MARCAMODELO	PLACA	ANO	COMBUSTI VEL	LOTAÇÃO	QUANT. HORA HOMEM	VR. UNITÁRIO	VR. TOTAL
05	MICROONIBUS/VOLARE V8L	ORV-5257	2013	DIESEL	FUNDEB	R\$ 35.000,00		
06	ONIBUS/VW/15.180 EOD	ORV-1677	2013	DIESEL	FUNDEB	R\$ 45.000,00		
07	ONIBUS/M.BENZ 1519 R.ORE	PMR-0720	2013	DIESEL	FUNDEB	R\$ 45.000,00		
08	ONIBUS/M.BENZ 1519 R.ORE	PMR-0230	2013	DIESEL	FUNDEB	R\$ 45.000,00		
09	M.BENZ/SPRINTER 415 CDI	POG-5098	2017	DIESEL	FME	R\$ 35.000,00		
10	MINIBUS/DAEWOO	NRA-7422	2009	DIESEL	FME	R\$ 35.000,00		
11	MINIBUS/DAEWOO	-	2019	DIESEL	VIG. SANITARIA	R\$ 40.000,00		
12	MINIBUS/DAEWOO	OSG-7350	2013	DIESEL	OBRAS	R\$ 40.000,00		
13	MINIBUS/DAEWOO	-	2013	DIESEL	OBRAS	R\$ 40.000,00		
14	RETROSCAVADEIRA PAC	-	2013	DIESEL	OBRAS	R\$ 50.000,00		
15	PA CARREGADEIRA W130	-	2013	DIESEL	OBRAS	R\$ 60.000,00		
16	MOTIVELADORA CATERPILLAR	-	2013	DIESEL	OBRAS	R\$ 75.000,00		
TOTAL LOTE - 03								
LOTE 04 - SERVIÇOS MECÂNICOS - VEÍCULOS COM MOTOR TIPO GASOLINA/ALCOOL								
01	VW/SAVEIRO G6 1.6	ORR-7296	2013	GASOLINA/ ALCOOL	ATENÇÃO BÁSICA	50		
02	VW/SAVEIRO G6 1.6	ORR-7816	2013	GASOLINA/ ALCOOL	ATENÇÃO BÁSICA	50		
03	FIAT/FIORINO 1.4	PNZ-1156	2017	GASOLINA/ ALCOOL	ATENÇÃO BÁSICA	50		
04	FIAT/STRADA	PMK-9082	2017	GASOLINA/ ALCOOL	ATENÇÃO BÁSICA	50		
05	FIAT/FIORINO 1.4	PNM-1674	2017	GASOLINA/ ALCOOL	ATENÇÃO BÁSICA	50		
06	FIAT/FIORINO 1.4	PNL-8875	2019	GASOLINA/ ALCOOL	ATENÇÃO BÁSICA	50		
07	FIAT/TOYOTA EASY ON 1.0	PNE-3720	2016	GASOLINA/ ALCOOL	ATENÇÃO BÁSICA	50		
08	FIAT/PALIO ATTACK 1.4	POK-8227	2017	GASOLINA/ ALCOOL	SEC. SAÚDE	50		
09	TOYOTA/ETHIOS 1.5	PMG-9069	2014	GASOLINA/ ALCOOL	SEC. SAÚDE	50		
10	VW/GOL G4 1.0	ORR-7305	2013	GASOLINA/ ALCOOL	CRAS	50		
11	FIAT/TOYOTA 1.0	PNE-3700	2016	GASOLINA/ ALCOOL	CAD UNICO	50		
12	FIAT/STRADA WORKING	NUZ-0099	2011	GASOLINA/ ALCOOL	FME	50		
13	FORD/FIESTA 1.6 FLEX	ORN-3536	2014	GASOLINA/ ALCOOL	AGRICULTURA	50		



Estado do Ceará  
GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA



TOTAL LOTE - 04										VR. UNITÁRIO	VR. TOTAL
LOTE 05 - SERVIÇOS MECÂNICOS - MOTOCICLETAS										QUANT. HORA HOMEM	VR. UNITÁRIO
ITEM	MARCA/MODELO	PLACA	ANO	COMBUSTI VEL	LOTAÇÃO	QUANT. HORA HOMEM	VR. UNITÁRIO	VR. TOTAL			
01	HONDA/CG FAN 125	HYV-9558	2005	GASOLINA	CAD. ÚNICO	16					
02	HONDA/CG FAN 125	HYO-1748	2005	GASOLINA	FME	16					
03	SHINERAY/MOTO XY150	PMK-7530	2014	GASOLINA	AGRICULTURA	16					
04	SHINERAY/MOTO XY150	PMK-4790	2014	GASOLINA	AGRICULTURA	16					
05	HONDA/BROS NXR 150	HWZ-7483	2005	GASOLINA	GABINETE	16					
06	KASINSKI/COMET 150	OIL-2024	2011	GASOLINA	VIG. SANITÁRIA	16					
07	KASINSKI/COMET 150	OIL-2504	2011	GASOLINA	VIG. SANITÁRIA	16					
08	KASINSKI/COMET 150	OIL-3704	2011	GASOLINA	VIG. SANITÁRIA	16					
09	KASINSKI/COMET 150	OIL-4294	2011	GASOLINA	VIG. SANITÁRIA	16					
10	KASINSKI/COMET 150	OIL-4604	2011	GASOLINA	VIG. SANITÁRIA	16					
11	KASINSKI/COMET 150	OIL-5434	2011	GASOLINA	VIG. SANITÁRIA	16					
12	KASINSKI/COMET 150	OIL-5224	2011	GASOLINA	VIG. SANITÁRIA	16					
13	KASINSKI/COMET 150	OIL-1504	2011	GASOLINA	VIG. SANITÁRIA	16					
14	HONDA/NXR 150 BROS	HWZ-7483	2005	GASOLINA	VIG. SANITÁRIA	16					

  

TOTAL LOTE - 05										VR. UNITÁRIO	VR. TOTAL
LOTE 06 - SERVIÇOS MECÂNICOS - VEÍCULOS COM MOTOR TIPO DIESEL										QUANT. HORA HOMEM	VR. UNITÁRIO
ITEM	MARCA/MODELO	PLACA	ANO	COMBU STIVEL	LOTAÇÃO	QUANT. HORA HOMEM	VR. UNITÁRIO	VR. TOTAL			
01	MICROONIBUS/VOLARE V6	HYC-7702	2010	DIESEL	FUNDEB	90					
02	MICROONIBUS/CITY CLASS	NUY-7165	2010	DIESEL	FUNDEB	90					
03	ONIBUS/VW/15.190 EOD	OCS-7419	2011	DIESEL	FUNDEB	90					
04	ONIBUS/VW/15.190 EOD	ORV-2127	2013	DIESEL	FUNDEB	90					
05	MICROONIBUS/VOLARE V8L	ORV-5267	2013	DIESEL	FUNDEB	90					
06	ONIBUS/VW/15.190 EOD	ORV-1677	2013	DIESEL	FUNDEB	90					
07	ONIBUS/M. BENZ 1519 R ORE	PMR-0720	2013	DIESEL	FUNDEB	90					
08	ONIBUS/M. BENZ 1518 R ORE	PMR-0230	2013	DIESEL	FUNDEB	90					
09	M. BENZ/SPRINTER 415 CDI	POG-5098	2017	DIESEL	FME	60					
10	MITSUBISHI/200 - OUTDOOR	NRA-7422	2009	DIESEL	FME	60					
11	MITSUBISHI/L200 - TRITON	-	2019	DIESEL	VIG SANITÁRIA	60					
12	CAMINHÃO PIPA/ASTRON 2729 K6X4	OSG-7350	2013	DIESEL	OBRAS	150					

*[Handwritten signature]*



Estado do Ceará  
GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA

13	CAMINHÃO CAÇAMBA	-	2013	DIESEL	OBRAS	150		
14	RETROSCAVADEIRA PAC	-	2013	DIESEL	OBRAS	200		
15	PA CARREGADEIRA W130	-	2013	DIESEL	OBRAS	200		
16	MOTOVELADORA CATERPILLAR	-	2013	DIESEL	OBRAS	200		
TOTAL LOTE - 06								

- **VALOR TOTAL GLOBAL DA PROPOSTA R\$** \_\_\_\_\_ (em algarismo) e \_\_\_\_\_ (por extenso).
- A empresa \_\_\_\_\_ declara que estão incluídas no valor cotado todas as despesas sobre o objeto licitado (custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamentos, lucro e outros)
- Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Assinatura e Carimbo da Firma





Estado do Ceará  
GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA



ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM EDITAL  
(modelo)

À

\_\_\_\_\_

Sr. Pregoeiro

DECLARAÇÃO

A Firma/Empresa \_\_\_\_\_, sediada na rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (C.N.P.J.) sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de \_\_\_\_\_, Estado do Ceará, que concorda integralmente com os termos deste edital e seus anexos.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

..... (CE), ..... de ..... 2019.

.....  
DECLARANTE

Obs: Esta declaração deverá ser impressa em papel timbrado da empresa licitante) com firma reconhecida.



Estado do Ceará  
GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA



ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE IMPEDIMENTO LEGAL DE LICITAR OU  
CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO  
(modelo)

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE \_\_\_\_\_  
ESTADO DE CEARÁ

Sr. Pregoeiro

A Firma/Empresa \_\_\_\_\_, sediada na rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_  
cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (C.N.P.J.)  
sob o nº \_\_\_\_\_, por seu representante legal (Diretor, Gerente, Proprietário, etc.),  
DECLARA, que, nos termos do art. 32 § 2º da Lei Federal no 8.666/1993, sob as penas da Lei,  
que não esta sujeita a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração,  
ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Carimbo e Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome e R.G.

Obs. Esta declaração deverá ser impressa em papel timbrado da Empresa licitante. Obs: Esta  
declaração deverá ser impressa em papel timbrado da empresa licitante). **Com firma  
reconhecida.**



Estado do Ceará  
GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA



ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DO TEOR DO EDITAL  
(modelo)

\_\_\_\_\_ inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. \_\_\_\_\_ portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, por seu representante legal infra-assinado que conhece e aceita o inteiro teor completo do edital deste Pregão, ressalvado o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações desta licitação.

Data, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo do CNPJ

Obs: Esta declaração deverá ser impressa em papel timbrado da empresa licitante) com firma reconhecida.



Estado do Ceará  
**GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA**



**ANEXO VIII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_\_**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 3008.01/2019 - SRP**  
**VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.**

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE GRAÇA - CE**, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Avenida José Candido de Carvalho, S/Nº, Centro - Graça - CE, CEP 62.365-000, inscrito no CNPJ sob o nº 23.467.889/0001-17 e CGF nº 06.920.317-2, através da **SECRETARIA DE \_\_\_\_\_**, neste ato representada pelo(a) respectivo(a) Secretário(a), **Sr(a) \_\_\_\_\_**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 3008.01/2019**, bem como, a classificação das propostas, e a respectiva homologação datada de \_\_\_\_\_, **RESOLVE** registrar os preços das empresas signatárias, nas quantidades estimadas e máximas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por LOTE, atendendo às condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, em conformidade com as disposições a seguir.

**CLAUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

O presente instrumento fundamenta-se:

- I. No Pregão Presencial nº 3008.01/2019 - SRP
- II. Nos termos do Decreto Federal nº 7.892 de 23/01/2013, publicado no D.O.U. de 24/01/2013, e suas alterações posteriores.
- III. Na Lei Federal n.º 8.666, de 21.6.93 e suas alterações posteriores.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

2.1. Constitui objeto da presente Ata o **REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PEÇAS AUTOMOTIVAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, DESTINADOS A ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE GRAÇA-CE**, tudo conforme especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA constante do Anexo I do Edital, do processo licitatório Pregão Presencial nº 3008.01/2019 - SRP, no qual restaram classificados em primeiro lugar por item os licitantes signatários.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. A presente Ata terá validade de **12 (DOZE) meses**, contados a partir de sua assinatura, improrrogável.

**CLÁUSULA QUARTA - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. O gerenciamento deste instrumento caberá às unidades gestoras do município, através da Secretaria de Educação, por intermédio de seu Ordenador de Despesas, no seu aspecto operacional.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

5.1. Os preços registrados da execução dos serviços, a especificação dos produtos/serviços, os quantitativos, marcas, empresas fornecedoras e representante legal, encontram-se elencados no ANEXO III da presente ata, em ordem de classificação das propostas por item.

**CLÁUSULA SEXTA - DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO**

6.1. Os Produtos licitados deverão ser entregues no **prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, a contar da expedição da ORDEM DE COMPRA pela administração.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

7.1. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas no instrumento convocatório, nesta ata e seus Anexos, e na legislação pertinente.



Estado do Ceará  
GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA



- 7.2. As contratações dos serviços registrados neste instrumento serão efetuadas através de Ordem de Compra, emitida pela Administração Municipal, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto da licitação, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.
- 7.3. Poderão também ser firmados termos de contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços, que serão tratados de forma autônoma e se submeterão igualmente a todas as disposições constantes da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, inclusive quanto às prorrogações, alterações e rescisões.
- 7.4. Este instrumento não obriga o MUNICÍPIO a firmar qualquer contratação, nem mesmo nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para os serviços objeto desta licitação, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento do serviço, em igualdade de condições.
- 7.5. A Ordem de Compra/Serviço será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolvê-la ao Município no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do seu recebimento.
- 7.6. Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar a Ordem de Compra/Serviço, sem prejuízo das respectivas sanções aplicáveis, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO, DO REAJUSTE

- 8.1 O pagamento será realizado ao fornecedor, quando regularmente executado o fornecimento, na proporção da efetiva entrega dos produtos licitados, segundo as autorizações de fornecimento dos produtos, expedidas de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais, todas atualizadas, observadas as condições da proposta e os preços devidamente registrados no Anexo I deste instrumento.
- 8.2. Por ocasião da execução do fornecimento a Contratada deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverão ser emitidas em nome da Prefeitura Municipal de Graça - CE, com endereço na Avenida José Candido de Carvalho, S/Nº, Centro - Graça - CE, CEP 62.365-000, inscrito no CNPJ sob o nº 23.467.889/0001-17 e CGF nº 06.920.317-2, Telefone (88) 3656-1255.
- 8.3. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, através de crédito em conta corrente mantida pelo fornecedor, após o encaminhamento da documentação tratada nos sub itens anteriores, observadas as disposições editalícias e desta ata.
- 8.4. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
- 8.4.1. Para cada Ordem de Compra, o fornecedor deverá emitir **uma única nota fiscal/fatura**.
- 8.4.2. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta "ON-LINE" às certidões apresentadas, para verificação de todas as condições de regularidade fiscal.
- 8.4.3. Constatada a situação de irregularidade junto à fazenda pública, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.
- 8.4.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.
- 8.5. Os preços registrados na presente ata não serão objeto de reajuste antes de decorridos 01 (um) ano de seu registro, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.
- 8.6. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação, e antes de recebida a ordem de compra, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.





Estado do Ceará  
**GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA**

**8.6.1.** Os preços registrados que sofrerem reajuste/reequilíbrio não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

**8.6.2.** Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

**8.6.3.** Fracassada a negociação com o primeiro colocado o MUNICÍPIO convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitado as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado, para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

**8.6.4.** Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Graça-CE.

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

**9.1.** São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Termo de Referência - Anexo I ao edital:

- a) Executar o serviço dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado no instrumento convocatório, nesta Ata e no Anexo I, que faz parte deste instrumento, observando ainda todas as normas técnicas que eventualmente regulem o fornecimento, responsabilizando-se ainda por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b) Assumir a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência do fornecimento;
- c) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- d) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- e) Indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do contratado deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- f) Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da(s) quantidade(s) máximas do(s) material(is) no Anexo II, de acordo com o art. 65, p. 1º da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, não sendo necessária a comunicação prévia do Município; aceitar, nas mesmas condições registradas, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- g) Executar os serviços de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do MUNICÍPIO;
- h) Executar os serviços na data e horário discriminados na ordem de compra, a execução dos serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;
- i) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;
- j) Disponer-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento do material, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;
- l) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da execução dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- m) comunicar imediatamente ao MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- n) Possibilitar ao MUNICÍPIO efetuar vistorias nas suas instalações físicas, a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;



Estado do Ceará  
**GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA**

- o) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- p) Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para o MUNICÍPIO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis da recusa, no todo ou em parte o objeto recusado pela administração, caso constatadas divergências nas especificações, às normas e exigências especificadas no Projeto Básico, no Edital ou na Proposta do Contratado, ou, quando for o caso, da amostra/protótipo, com o material entregue, sujeitando-se às penalidades cabíveis;
- q) Providenciar, no prazo de até 24(vinte e quatro) horas, por sua conta e sem ônus para o MUNICÍPIO, a correção ou substituição, dos produtos/equipamentos que apresentarem defeito durante o período de execução dos serviços;
- r) Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais do MUNICÍPIO, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com o fornecimento objeto desta ata;
- s) Manter seus empregados, quando da execução do serviço, devidamente identificados com crachá subscrito pela CONTRATADA, no qual constará, no mínimo, sua razão social, nome completo do empregado e fotografia 3x4;
- t) Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art.55, Inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, que será observado, quando dos pagamentos à CONTRATADA;

**9.2. São responsabilidades do Fornecedor ainda:**

- a) Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o MUNICÍPIO de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- b) Toda e qualquer multa, indenização ou despesa imposta ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do serviço, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

**9.2.1.** O fornecedor detentor do registro autoriza o MUNICÍPIO a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

**9.2.2.** A ausência ou omissão da fiscalização do MUNICÍPIO não eximirá o fornecedor das responsabilidades previstas nesta Ata.

**9.3.** A falha na execução do serviço, cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

**CLÁUSULA DEZ - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

**10.1.** O MUNICÍPIO obriga-se a:

- a) Indicar o local e horários em que deverão ser prestados os serviços.
- b) Permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da execução dos serviços desde que observadas às normas de segurança;
- c) Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.
- d) Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

**CLÁUSULA ONZE - DA ALTERAÇÃO DA ATA**

**11.1.** A presente ata de registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações posteriores e as disposições do Decreto Federal nº 7.892/2013 e suas alterações posteriores.



Estado do Ceará  
**GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA**

**CLÁUSULA DOZE – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

12.1.1. pelo MUNICÍPIO:

- a) Quando o fornecedor descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Quando o fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Quando o Fornecedor não assinar a Ordem de Compra no prazo estabelecido;
- d) Quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- e) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Compra decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I ao XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, exceto inciso VI, uma vez que a subcontratação é permitida.
- f) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Compra decorrente deste Registro;

12.1.2. pelo FORNECEDOR:

- a) Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) Quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV, XV e XVI, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

12.2. O procedimento de rescisão observará os ditames previstos nos artigos 79 e 80 da Lei de Licitações.

12.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

12.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação através de afixação no flanelógrafo da Prefeitura Municipal de Graça-CE e/ou em Jornal de Circulação Local, pelo menos uma vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

12.5. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se à esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

12.5.1. Não poderá haver cancelamento do registro enquanto pendente a entrega de ordem de fornecimento já emitida.

12.6. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

12.7. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**CLÁUSULA TREZE - DAS PENALIDADES**

13.1. Na hipótese de descumprimento, por parte do fornecedor, de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem, serão aplicadas, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, as seguintes penas:

13.1.1. Se o fornecedor ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Graça e será descredenciado no Cadastro da Prefeitura de Graça pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

I- multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do registro de preços:

- a) Apresentar documentação falsa exigida;
- b) Não manter a proposta;
- c) Fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.2- Multa moratória de 0,5% (meio por cento) do valor do pedido, por dia de atraso na entrega de qualquer objeto registrado solicitado, contados do recebimento da ordem de compra/autorização de



Estado do Ceará  
**GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA**

fornecimento no endereço constante do cadastro ou da Ata, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor do pedido, caso seja inferior a 30 (trinta) dias;

**13.1.3-** Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do pedido, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias no fornecimento do bem requisitado;

**13.2-** Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento do fornecimento/entrega dos bens, às atividades da administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, na Ata de Registro de Preços, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos sub itens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei n.º 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei n.º 10.520/02, as seguintes penas:

**13.2.1-** Advertência;

**13.2.2-** Multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da requisição, ou do valor global máximo da ata ou do contrato, conforme o caso;

**13.3.** O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

**13.3.1.** Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.

**13.3.2.** Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

**13.4.** As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

**13.5.** A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

#### **CLÁUSULA QUATORZE - DOS ILÍCITOS PENAIS**

**14.1.** As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores será objeto de processo judicial, na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### **CLÁUSULA QUINZE - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**15.1.** As despesas decorrentes das contratações, oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas nos respectivos orçamentos municipais vigentes, em favor das Secretarias Municipais interessadas, à época da expedição das competentes ordens de compra/autorizações de fornecimento.

#### **CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**16.1.** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

**16.1.1.** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

**16.1.2.** Integram esta Ata os seus anexos, o Edital de Pregão Presencial que lhe deu origem e seus anexos, e as propostas das empresas classificadas por item.

**16.1.3.** É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

**16.2.** O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

**16.3.** A inadimplência do fornecedor com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos bens pela Administração.

**16.4.** O contratado, na execução do fornecimento, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.

#### **CLÁUSULA DEZESSETE - DO FORO**



Estado do Ceará  
**GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA**



17.1. O foro da Comarca de Graça é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam a presente ata de registro de preços, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, nos termos do art. 221 do Código Civil Brasileiro.

Graça-Ce, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**MUNICÍPIO DE GRAÇA**  
<NOME DO SECRETÁRIO GESTOR>  
Secretário de <Secretaria>

**EMPRESAS DETENTORAS DO REGISTRO DE PREÇOS**

<NOME DA EMPRESA>  
<NOME DO REPRESENTANTE>



Estado do Ceará  
GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA



ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_\_

RELAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS INTERESSADAS

ÓRGÃO GERENCIADOR:

1. SECRETARIA DE .....  
SECRETARIO:

ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

1. SECRETARIA DE .....  
SECRETARIO:



Estado do Ceará  
GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA



ANEXO II Á ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_\_

RELAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES

01. RAZÃO SOCIAL:  
CNPJ:  
ENDEREÇO:  
TELEFONE:  
FAX:  
E-MAIL:  
REPRESENTANTE:  
RG:  
CPF:  
BANCO:  
AGÊNCIA:  
CONTA CORRENTE:



Estado do Ceará  
GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA



ANEXO III À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_\_

**REGISTRO DE PREÇOS UNITÁRIOS**  
**ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS, QUANTITATIVOS E EMPRESAS FORNECEDORAS.**

DATA: \_\_/\_\_/\_\_

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº ....., celebrada entre o MUNICÍPIO DE GRAÇA e as Empresas cujos preços estão a seguir registrados por Item, em face à realização do Pregão .....

OBJETO:

ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO

REPRESENTANTE LEGAL:

[RELACIONAR TODOS OS ITENS DO PREGÃO

\*\*\*\*\*





Estado do Ceará  
GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA



ANEXO IV À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_\_

RELAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DAS EMPRESAS QUE ACEITARIAM COTAR OS PRODUTOS  
COM PREÇOS IGUAIS AOS DO LICITANTE VENCEDOR.



Estado do Ceará  
**GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA**



**ANEXO IX - MINUTA DO TERMO CONTRATO - AQUISIÇÃO**

**CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O  
MUNICÍPIO DE GRAÇA ATRAVÉS DA  
SECRETARIA DE \_\_\_\_\_, COM  
A EMPRESA \_\_\_\_\_  
PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA.**

O Município de GRAÇA, pessoa jurídica de direito público interno, através da SECRETARIA DE \_\_\_\_\_, em sua sede no(a) AVENIDA JOSÉ CANDIDO DE CARVALHO, S/Nº, CENTRO, GRAÇA - CE, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 23.467.889/0001-17, neste ato representado pela Secretária de \_\_\_\_\_ Sr(a). \_\_\_\_\_, doravante denominado de CONTRATANTE, no final assinado, e do outro lado, a Empresa \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF n.º \_\_\_\_\_, representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF n.º \_\_\_\_\_, no final assinado, doravante denominada de CONTRATADO(A), resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente da **Ata de Registro de Preços n.º \_\_\_\_\_**, proveniente da licitação na modalidade de **Pregão Presencial n.º 3008.01/2019 - SRP, para Registro de Preços**, Processo Administrativo n.º 2019.08.20.01, conforme descrito no Edital e seus Anexos, que reger-se-á pelas disposições da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores – Lei de Licitações, da Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002 – Lei que Regulamenta o Pregão, Lei Complementar 123/2006 e suas alterações posteriores, Assim como Decreto Federal n.º 7.892 de 23 de janeiro de 2013, e suas posteriores alterações e demais normas pertinentes e pelas Cláusulas seguintes:

**1.0 – CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1 – O presente contrato objetiva a AQUISIÇÃO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS, DESTINADAS A ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE GRAÇA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES**, conforme descrito no Anexo I – Termo de Referência e Especificação do Objeto, do Pregão Presencial n.º 3008.01/2019 - SRP, e na Proposta da Contratada.

**2.0 – CLAUSULA SEGUNDA - DO FORNECIMENTO**

**2.1 - Todos os produtos a serem adquiridos deverão ser novos, não recondicionados e / ou recauchutados, produtos nacionais, e possuir selo de aprovação do INMETRO.**

**2.2 - As entregas dos produtos deverão ser na totalidade da requisição, em até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da requisição formalizada por setor competente.**

**2.3 - As entregas deverão ser feitas nos horários de expediente: das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00 horas, sendo que a entrega fora dos horários e dias de expediente não será aceita por vigias.**

**2.4 - No ato do recebimento, o Funcionário designado para o recebimento, providenciará a conferência dos itens entregues e a conformidade das suas especificações de acordo com as exigências constantes neste Termo de Referência e no Edital, havendo alteração quanto às especificações, o produto deverá ser substituído em um prazo máximo de 02 (dois) dias úteis do comunicado, sob pena da aplicação das sanções cabíveis.**

**2.5 - A empresa Contratada deverá:**

a) Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados, para conferência.

**2.6 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.**



Estado do Ceará  
GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA

2.7 - A Contratada, sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município, encarregada de acompanhar a entrega dos produtos prestando esclarecimento solicitado, atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um responsável da secretaria.

2.8 - Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos produtos obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

2.9 - O prazo para a troca dos produtos recusados será de 3 (três) dias corridos, a contar da data da solicitação de troca do produto.

2.10 - Os produtos, objeto desta licitação, deverão estar disponíveis para início do fornecimento a partir da data de assinatura do contrato.

2.11 - Por ocasião da execução do fornecimento o Contratado deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverão ser emitidas em nome da Prefeitura Municipal de Graça - CE, com endereço na Avenida José Candido de Carvalho, S/Nº, Centro - Graça - CE, CEP 62.365-000, inscrito no CNPJ sob o nº 23.467.889/0001-17 e CGF nº 06.920.317-2, Telefone (88) 3656-1255.

**3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1 - O objeto contratual tem o valor de R\$ .... (....), a ser pago em até 30 (trinta) dias, através de crédito em conta corrente mantida pelo fornecedor, após o encaminhamento da documentação, obedecido o constante no Preâmbulo do Edital de Pregão, conforme tabela contendo especificações, quantitativos e valores que segue:

LOTE - \_\_\_\_\_

ITEM	MODELO	PLACA	ANO FAB	ANO MODELO	COMBUSTÍVEL	ESTIMATIVA	PERCENTUAL (%)	VR. DESCONTADO

3.2 - Os valores a serem pagos pelas peças serão estabelecidos em função do preço da tabela de preços de peças praticadas pela FABRICANTE/MONTADORA ou do orçamento gerado pelo Sistema Audatex ou outro sistema similar.

3.3 - O pagamento será realizado ao fornecedor, quando regularmente solicitadas as aquisições pelo MUNICÍPIO, segundo as autorizações de fornecimento expedidas, de conformidade com as notas fiscais devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais, todas atualizadas, observadas a condições da proposta e os preços.

3.4 - Por ocasião da execução do fornecimento o Contratado deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverão ser emitidas em nome da Prefeitura Municipal de Graça - CE, com endereço na Avenida José Candido de Carvalho, S/Nº, Centro - Graça - CE, CEP 62.365-000, inscrito no CNPJ sob o nº 23.467.889/0001-17 e CGF nº 06.920.317-2, Telefone (88) 3656-1255.

3.5 - O MUNICÍPIO efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, através de crédito em conta corrente mantida pelo fornecedor, após o encaminhamento da documentação, observadas as disposições editalícias.

3.6 - Caso for constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

3.7 - Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta "ON-LINE" às certidões apresentadas, para verificação de todas as condições de regularidade fiscal.

3.8 - Constatada a situação de irregularidade junto à fazenda pública, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo





Estado do Ceará  
**GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA**

VIII Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

IX Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

X Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais do MUNICÍPIO, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a aquisição, objeto deste Termo;

XI Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à CONTRATADA.

XII Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da(s) quantidade(s) máximas do(s) material(is) no Anexo II, de acordo com o art. 65, p. 1º da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, não sendo necessária a comunicação prévia do Município; aceitar, nas mesmas condições registradas, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

**6.2 - Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, são obrigações da CONTRATANTE:**

I Solicitar a execução do objeto à contratada através de Nota de Empenho ou outro instrumento hábil.

II Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei no 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

III Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

IV Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

V Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.

VI Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;

VII Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

VIII Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

IX Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

### **7.0 – CLAUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 – o descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;

7.1.3 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 – a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato.

7.2 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.



Estado do Ceará  
**GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA**



**7.3** - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

**8.0 - CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DA LICITAÇÃO**

**8.1** – O presente Contrato foi firmado com base nos artigos 54 e 55 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e no Pregão Presencial nº 3008.01/2019 - SRP.

**9.0 - CLÁUSULA NONA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTE CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS**

**9.1** – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a este Contrato, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**10.0 – CLAUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES E PENALIDADES**

**10.1** – Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores, fica estipulado o percentual de **0,5% (meio por cento)** sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste Convite, até o limite de **10% (dez por cento)** do valor empenhado.

**10.2** - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores:

I- advertência;

II- multa de **10% (dez por cento)** do valor do contrato,

III- suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a **2 (dois)** anos e,

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**10.3** - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até **5 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

**10.4** - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

**10.5** - As multas de que trata este item, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrada judicialmente.

**10.6** - As multas de que trata este item, serão descontadas do pagamento eventualmente devido pela Administração ou na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhida pela adjudicatária em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

**11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

**11.1** - Dentro do prazo legal, contado de sua assinatura, o CONTRATANTE providenciará a publicação de resumo deste Contrato na Imprensa Oficial.



Estado do Ceará  
GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA

**12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO**

12.1 - O foro da Comarca de Graça, Estado de CEARÁ,   o competente para dirimir eventuais pendências acerca deste contrato, na forma da lei nacional de licita es, art. 55,   2 .

**13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSI ES FINAIS**

13.1 – Este contrato se sujeita ainda às Leis Municipais inerentes ao assunto.

E, assim, inteiramente acordados nas cláusulas e condi es retro-estipuladas, as partes contratantes assinam o presente instrumento, em duas vias, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, nos termos do art. 221 do Código Civil Brasileiro.

\_\_\_\_\_, XX de XXXX de 2019.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Ordenador de Despesas  
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Contratada



Estado do Ceará  
GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA



ANEXO X - MINUTA DO TERMO CONTRATO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO  
DE GRAÇA ATRAVÉS DA SECRETARIA DE  
\_\_\_\_\_, COM A EMPRESA  
\_\_\_\_\_, PARA O FIM  
QUE A SEGUIR SE DECLARA.

O Município de GRAÇA, pessoa jurídica de direito público interno, através da SECRETARIA DE \_\_\_\_\_, em sua sede no(a) AVENIDA JOSÉ CANDIDO DE CARVALHO, S/Nº, CENTRO, GRAÇA - CE, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 23.467.889/0001-17, neste ato representado pela Secretária de \_\_\_\_\_ Sr(a). \_\_\_\_\_, doravante denominado de CONTRATANTE, no final assinado, e do outro lado, a Empresa \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF n.º \_\_\_\_\_, representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF n.º \_\_\_\_\_, no final assinado, doravante denominada de CONTRATADO(A), resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente da Ata de Registro de Preços n.º \_\_\_\_\_, proveniente da licitação na modalidade de Pregão Presencial n.º 3008.01/2019 - SRP, para Registro de Preços, Processo Administrativo n.º 2019.08.20.01, conforme descrito no Edital e seus Anexos, que reger-se-á pelas disposições da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores - Lei de Licitações, da Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002 - Lei que Regulamenta o Pregão, Lei Complementar 123/2006 e suas alterações posteriores, Assim como Decreto Federal n.º 7.892 de 23 de janeiro de 2013, e suas posteriores alterações e demais normas pertinentes e pelas Cláusulas seguintes:

1.0 - CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E REGIME DE EXECUÇÃO

- 1.1 - O presente contrato objetiva a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, DESTINADOS A ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE GRAÇA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES**, conforme descrito no Anexo I - Termo de Referência e Especificação do Objeto, do Pregão Presencial n.º 3008.01/2019 - SRP, e na Proposta da Contratada.
- 1.2 - O regime de execução será indireta e regrada sob regime de empreitada por preço unitário, na forma do art. 10, inciso II, alínea "b", da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

- 2.1 - Sempre na ocorrência de serviços mecânicos serão prestados pela vencedora, mediante ordem de serviço, devidamente autorizada por comunicação escrita pelo(a) Secretário(a) requisitante e ou substituto legal.
- 2.2 - O veículo que irá ser submetido à manutenção somente poderá ser deslocado para oficina da vencedora e vice-versa, mediante Autorização emitida pela Secretaria requisitante.
- 2.3 - A execução dos serviços licitados será feita de forma fracionada, de acordo com a necessidade do órgão interessado durante o prazo de contratação, mediante expedições periódicas de ORDEM DE SERVIÇO, devendo o serviço ser prestado, em conformidade com os prazos previstos no Anexo I.A do Termo de Referência, parte integrante deste;
- 2.4 - Os serviços deverão ser realizados de acordo com as características e quantitativos discriminados na ORDEM DE SERVIÇO pela administração, no local indicado pela mesma;
- 2.5 - Todo material e/ou equipamentos necessários à realização dos serviços serão de responsabilidade da Contratada.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1. Promover, por intermédio de servidor designado, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.





Estado do Ceará  
GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA



- 3.2. Comunicar imediatamente o **CONTRATANTE** sobre qualquer defeito apresentado nos serviços executados.
- 3.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo **CONTRATANTE**.
- 3.4. Zelar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da **CONTRATADA**, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 3.5. A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a **CONTRATADA** da responsabilidade pela execução dos serviços.
- 3.6. A comunicação entre a fiscalização e a **CONTRATADA** será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Serviços.
- 3.7. O relatório de serviços será destinado ao registro de fatos comunicações pertinentes à execução dos serviços como conclusão e aprovação de serviços, indicações sobre a necessidade de trabalho adicional, autorização para substituição de materiais e equipamentos, irregularidades e providências a serem tomadas pela **CONTRATADA** e Fiscalização.
- 3.8. Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo **CONTRATANTE**.

**4.0 – CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

- 4.1. Somente poderão ser considerados para efeito de pagamento os serviços efetivamente executados pela **CONTRATADA** e responsável pela fiscalização, devidamente nomeado pela Secretaria requisitante dos serviços, respeitada a rigorosamente a correspondência com o **TERMO DE REFERÊNCIA** ou Programa de Manutenção previamente aprovado pelo **CONTRATANTE**.
- 4.2. A discriminação e quantificação dos serviços considerados na fatura deverão respeitar rigorosamente o estipulado nos procedimentos de Manutenção, ao contrato e aos critérios de cálculo e pagamento.
- 4.3. O **CONTRATANTE** deverá efetuar os pagamentos das faturas emitidas pela **CONTRATADA** com base nas informações fornecidas pela Secretaria requisitante dos serviços, obedecidas às condições estabelecidas no contrato.

**5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA**

- 5.1 – O Prazo previsto para a execução dos serviços será o período compreendido entre a data da assinatura do contrato até o dia 31 de Dezembro do ano de exercício financeiro, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.
- 5.2 – A licitante vencedora, sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município de GRAÇA-CE, encarregada de acompanhar a entrega dos produtos, prestando esclarecimento solicitados atendendo as reclamações formuladas, e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado pelo responsável da secretaria.

**6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 6.1 - O objeto contratual tem o valor de R\$ .... (....), a ser pago em até 30 (trinta) dias, através de crédito em conta corrente mantida pelo fornecedor, após o encaminhamento da documentação, obedecido o constante no Preâmbulo do Edital de Pregão, conforme tabela contendo especificações, quantitativos e valores que segue:

LOTE - \_\_\_\_\_

ITEM	MODELO	PLACA	ANO FAB	ANO MOD	COMBUSTÍVEL	QUANT. HORA HOMEM	VR. UNIT.	VR. TOTAL





Estado do Ceará  
**GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA**

- IV Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento; não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- V Indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do contratado deverão ser comunicadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- VI Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;
- VII Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante à aquisição do material, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Termo;
- VIII Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- IX Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- X Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais do MUNICÍPIO, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a aquisição, objeto deste Termo;
- XI Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à CONTRATADA.
- XII Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da(s) quantidade(s) máximas do(s) material(is) no Anexo II, de acordo com o art. 65, p. 1º da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, não sendo necessária a comunicação prévia do Município; aceitar, nas mesmas condições registradas, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 6.2 - Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, são obrigações da CONTRATANTE:**
- I Solicitar a execução do objeto à contratada através de Nota de Empenho ou outro instrumento hábil.
- II Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei no 8.666/1993 e suas alterações posteriores.
- III Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.
- IV Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.
- V Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.
- VI Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;
- VII Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.
- VIII Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- IX Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

**9.0 - CLAUSULA NOVA - DA RESCISÃO**

- 9.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.
- 9.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:
- 9.1.2 - o descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;
- 9.1.3 - a subcontratação total ou parcial do seu objeto;
- 9.1.4 - o comprometimento reiterado de falta na sua execução;
- 9.1.5 - a decretação de falência ou insolvência civil;
- 9.1.6 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;



Estado do Ceará  
**GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA**

**9.1.7** – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

**9.1.8** – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato.

**9.2** – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**9.3** - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3.

**10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DA LICITAÇÃO**

**10.1** – O presente Contrato foi firmado com base nos artigos 54 e 55 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e no Pregão Presencial nº 3008.01/2019 - SRP.

**11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTE CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS**

**11.1** – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a este Contrato, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**12.0 – CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES E PENALIDADES**

**12.1** – Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores, fica estipulado o percentual de **0,5% (meio por cento)** sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste Convite, até o limite de **10% (dez por cento)** do valor empenhado.

**12.2** - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores:

I- advertência;

II- multa de **10% (dez por cento)** do valor do contrato,

III- suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a **2 (dois)** anos e,

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**12.3** - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até **5 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

**12.4** - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

**12.5** - As multas de que trata este item, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrada judicialmente.

**12.6** - As multas de que trata este item, serão descontadas do pagamento eventualmente devido pela Administração ou na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhida pela adjudicatária em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

**13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO**



Estado do Ceará  
**GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA**

13.1 - Dentro do prazo legal, contado de sua assinatura, o CONTRATANTE providenciará a publica o de resumo deste Contrato na Imprensa Oficial.

**14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

14.1 - O foro da Comarca de Graça, Estado de CEARÁ,   o competente para dirimir eventuais pendências acerca deste contrato, na forma da lei nacional de licita es, art. 55,   2 .

**15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSI ES FINAIS**

15.1 - Este contrato se sujeita ainda às Leis Municipais inerentes ao assunto.

E, assim, inteiramente acordados nas cláusulas e condi es retro-estipuladas, as partes contratantes assinam o presente instrumento, em duas vias, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, nos termos do art. 221 do Código Civil Brasileiro.

\_\_\_\_\_, XX de XXXX de 2019.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Ordenador de Despesas  
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Contratada



Estado do Ceará  
GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA



ANEXO XI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE OBEDIÊNCIA AO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º  
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL  
(modelo)

À  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE \_\_\_\_\_  
ESTADO DE CEARÁ

REF.: PREGÃO Nº \_\_\_\_\_

EU \_\_\_\_\_ (nome completo), representante legal da empresa  
\_\_\_\_\_ (nome da pessoa Jurídica), interessada em participar do pregão em  
referencia realizado pela Prefeitura do Município de \_\_\_\_\_, declaro sob  
as penas da lei, que, nos termos do Inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.93 e  
suas alterações posteriores, a \_\_\_\_\_ (nome da pessoa jurídica)  
encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à  
observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Carimbo e Assinatura do Representante da Empresa  
Nome e R.G.

DECLARAÇÃO DE OBSERVANCIA DAS VEDAÇÕES ESTABELECIDAS NO ARTIGO 7º,  
INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. O LICITANTE DEVERA APRESENTAR, EM  
IMPRESSO PROPRIO, DECLARAÇÃO, DEVIDAMENTE DATADA, CARIMBADA E ASSINADA.  
ESTA DECLARAÇÃO PODERA SER SUBSTITUIDA PELA CERTIDÃO NEGATIVA DE  
INFRAÇÕES TRABALHISTAS A LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO A CRIANÇA E AO  
ADOLESCENTE, EM NOME DO LICITANTE, DATADA DE NO MAXIMO 06 (SEIS) MESES  
ANTERIORES A DATA DE APRESENTAÇÃO.



Estado do Ceará  
GOVERNO MUNICIPAL DE GRAÇA



ANEXO XII – DECLARAÇÃO DE PLENOS CONHECIMENTOS DOS PARÂMETROS E  
PRODUTOS  
(modelo)

Sr. \_\_\_\_\_ inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a)  
Sr. \_\_\_\_\_ portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_,  
DECLARA, por seu representante legal infra-assinado que tem pleno conhecimento de todos os  
parâmetros e elementos dos produtos e serviços a serem fornecidos no presente certame  
licitatório e que sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes neste edital.

Data, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo do CNPJ

Obs: Esta declaração deverá ser impressa em papel timbrado da empresa licitante). com firma reconhecida.